

A ideologia da qualificação, trabalho e a ampliação do “mercado da educação superior”.

Leonardo Chagas de Brito¹

leobrito@lpp-uerj.net

A ideologia do capital humano² na relação trabalho-saber-técnica e educação superior.

Na lógica do capitalismo, as demandas do mercado de trabalho exigem não só uma “eficiência material, técnica e objetiva”, mas também “subjetiva, rápida, criativa e diversificada” para estarem compatíveis com o tempo produtivo e financeiro, sendo eles altamente flexíveis e rápidos, características de uma produção flexível e globalizada. Há então a necessidade da qualificação do homem para o trabalho. As questões necessárias para esse conjunto são: Que trabalho? Que qualificação?

A qualificação humana fica subordinada às leis do mercado em forma de adestramento e treinamento na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamadas pelos modernos homens de negócio (Veblen, 1918 *appud* Frigotto, 2003). O trabalho e saber produzidos pelo homem cada vez mais se subordinam a essas lógicas instrumentais e mercantis, perdendo seu princípio educativo.

...os princípios mercadológicos vem contaminando as teorias, formalizando basicamente o conhecimento como meio de atingimento de fins econômicos. Altas somas são gastas em Pesquisa & Desenvolvimento na corrida acelerada pela inovação tecnológica que permite a certos grupos dominarem mercados no mundo todo e assim ampliarem seu capital e poder. Necessitando de operadores sempre mais qualificados para atuar com essas novas tecnologias aplicadas em equipamentos e programas que se obsoletizam rapidamente, a educação passa a ser vista como formação permanente de capital humano, reduzida ideologicamente, em grande parte, a mero insumo para o desenvolvimento econômico dos países. Perde-se a perspectiva da educação para a cidadania que, além da formação científica e tecnológica, preocupa-se com a formação humana em todas as suas dimensões. (Frigotto, 2003:32a)³

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (Uerj/FFP). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana; Pesquisador assistente do Laboratório de Políticas Públicas – PPFH/LPP/Uerj. Integrante do Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais (OLPED).

² A Teoria do Capital Humano, elaborada por Schultz na década de 50, considera que o investimento no capital humano de uma empresa (ou seja, em educação e aperfeiçoamento pessoal de funcionários) provoca um aumento significativo de produtividade. Sobre as conseqüências desta teoria para a escola e o ensino, ver a vasta obra de Frigotto dentre elas *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

³ FRIGOTTO, Gaudêncio – *Educação e crise no capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2003.

A educação tem um papel fundamental aos interesses do capital na formação de trabalhadores para os setores produtivos. A “idéia de capital humano” perdura ao longo do século XX e o atual, mas a subordinação das práticas educativas aos interesses do capital fazem parte da sua construção histórica.

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos, no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista, e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada (Frigotto, 2003:32b)

Para o capital, torna-se necessário um trabalhador mais “qualificado” para estar de acordo com as necessidades produtivas e comerciais, para melhor gerenciá-los, tirando maior aproveitamento possível para que a acumulação se torne cada vez mais rápida e maior.

A ampla gama de informações que chegam a todo instante, requer, no ambiente de trabalho, um outro perfil de mão-de-obra. Este trabalhador fica cada vez mais subordinado ao saber instrumental global. O conhecimento, por sua vez, tem ficado subjugado ao saber instrumental ou ficado à sua margem. (...) o saber instrumental, que vai se tornando dominante, tem origem no conhecimento acumulado da preexistência da força de trabalho (Silva, 1999:302)⁴.

A ideologia que gira em torno da técnica, saber, educação superior e trabalho, no atual período técnico-científico-informacional são gerados pelos principais agentes do trabalho no sistema capitalista e adquiridos quase que instantaneamente pela sociedade sem que se perceba ou questione as relações inseridas na questão como tentativa de superação ou de construção de outras possibilidades.

Considerando a centralidade do trabalho nas dimensões ontológicas e históricas, nas quais se constituem processos contraditórios de construção e de alienação de sujeitos sociais, podemos entender a categoria trabalho como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes, portanto, princípio educativo. A educação, tendo o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1979), é processo histórico de humanização e de socialização competente para participação na vida social e, ao mesmo tempo, processo de qualificação para o trabalho, mediação a apropriação e construção de saberes e

⁴ SILVA, C. A da - Espaço, técnica e saber – “labirintos da qualificação do trabalho” In: CASTRO I. E. de, MIRANDA M., EGLER C. (orgs.). *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

conhecimentos, de ciência e cultura, de técnicas e tecnologia (Filho & Queluz, 2005:3)⁵.

Em se tratando de capitalismo, a educação não se apresenta da mesma forma para as diferentes classes.

Na medida, todavia, em que o sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes (Frigotto, 2003:34c).

Porém, principalmente nos dias atuais em geral, a sociedade vê a importância da educação superior na medida em que, ela fornece aparatos para que haja uma inserção no “competitivo e modernizado” (novas técnicas e novas formas gerenciais) mercado de trabalho. No caso, se inserir no mercado formal de trabalho com maior estabilidade e rentabilidade, coisas que se encontram nas empresas de grande porte como multinacionais e empresas estatais já que a precarização das relações e dos contratos de trabalho foram avassaladores para os empregados na última década.

Para as classes populares e setores da classe média a inserção no ensino superior, independe muitas vezes do curso ou da carreira que o indivíduo vá escolher ou qual universidade irá ingressar. O importante é ingressar no ensino superior para tentar “garantir uma vaga no mercado de trabalho”. O mesmo não ocorre com outros setores mais abastados economicamente da classe média e com as classes altas visto que a preparação universitária realiza-se desde a pré-escola. Esses têm a oportunidade de escolher o que irá cursar e conseqüentemente em qual profissão irá trabalhar e qual universidade irá ingressar.

Gaciane (1984) mostra sua conclusão sobre as análises de Bourdieu a respeito da importância do sistema de ensino principalmente para a classe média.

Há, em suas análises, um enfoque bastante claro e objetivo da relação entre o sistema de ensino e a reprodução das classes sociais: quando analisa, por exemplo, o ethos pedagógico da classe média, enfatiza o papel do sistema de ensino como trampolim de ascensão social, uma vez que essa camada outorga um valor muito grande à distribuição dos valores escolares e, também, pelo fato de que a seleção e a promoção tendem a se basear cada vez mais nos títulos

⁵ FILHO, D. L. L. & QUELUZ, G. L. – “A tecnologia e a educação tecnológica - elementos para uma sistematização conceitual”. In: *Educação & Tecnologia*. Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, v. 10, n. 1, jan./jun. 2005, p.19-28.

escolares e na cooptação da escola, nas sociedades capitalistas (Graciane, 1984:31)⁶.

Mas a pesquisa “Características do Desemprego no Brasil. A Educação Protege contra o Desemprego?” da estudante de economia Victoria Echeverría de Carvalho tendo como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1992 a 2003 (ano referência da última pesquisa), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e orientada pelo professor da UnB Carlos Alberto Ramos, mostra que não necessariamente o nível de instrução garante emprego. O desemprego está relacionado à renda, ao gênero, ao número de filhos da mulher, ao número de concluintes do ensino médio e a baixa oferta de empregos⁷.

No geral, independente da classe, o que permeia o imaginário é: com um diploma de Ensino Superior as chances de emprego e ascensão social são maiores. “As pessoas estão comprando a ilusão de que, se estudarem, vão encontrar mais trabalho e isso não é verdade.” (opinião do Professor Ramos, coordenador da pesquisa).

O que queremos deixar claro é que tanto a idéia gerada pelos agentes do capital e tanto a idéia absorvida pela sociedade no geral sobre a educação, e principalmente a educação superior, na orientação capitalista é instrumental e mercadológica. E isso já nos mostra que a idéia de universidade, no que se refere ao valor de uso, a produção e a formação que ela possibilita por si só, está amplamente vinculada a uma idéia privatista mercantil se tornado um valor de troca.

A expansão do ensino superior privado, espaço metropolitano, ideologia da qualificação.

Diante da precarização e investimentos insuficientes no ensino superior público, a possibilidade de se aumentar o número de vagas é muito pequena, com isso há uma falta do atendimento da demanda promovendo assim o crescimento de instituições de ensino superior privadas. Ou seja, “quanto menos crescer o atendimento da demanda do ensino superior público, tanto mais poderá crescer o mercado atendido pelo setor

⁶ GRACIANI, M. S. – *O ensino superior no Brasil - A estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁷ Em 2003, entre as pessoas do 1º decil (10% mais pobres) que tinham nível superior completo ou incompleto (15 anos de estudo), 50% estavam desempregadas. Já as pessoas do 10º decil (10% mais ricos) tinham baixíssimos índices de desocupação. Na classe média, a taxa de desemprego era de 20%. Apesar dos resultados, a estudante não aconselha o abandono dos estudos. Ver notícia: *Apenas educação não detém desemprego*, Agência UnB on line, 05/01/2006).

privado” Menezes (2002)⁸. Sobre a proporção de número de matrículas criadas nas instituições públicas e privadas, veja a tabela a seguir.

Matrículas na Educação Superior - Ano 2004	
Categoria Administrativa	Número de Matrículas
Comun/Confes/Filant	1.388.511
Particular	1.596.894
Subtotal Privadas	2.985.405
Estadual	471.661
Federal	574.584
Municipal	132.083
Subtotal Públicas	1.178.328
Total	4.163.733

Fonte: MEC/INEP

As instituições privadas para conquistarem alunos criam toda uma publicidade insinuando que seus cursos e currículos estão direcionados para o mercado de trabalho “garantindo qualificação” e também uma inserção mais rápida no emprego já que em alguns casos a formação é em um tempo menor (dois anos), como por exemplo, nos cursos politécnicos ou tecnológicos como são chamados⁹.

Cabe salientar que esses cursos também são oferecidos em algumas instituições de ensino superior público, mas, é no privado que são muito mais representativos.

No caso do governo atual, apesar de haver um aumento no número de vagas com a criação de novas instituições públicas e interiorização das já existentes IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), foi criado o PROUNI – Universidade para Todos – que consiste no oferecimento de bolsas pelas instituições de ensino superior privadas para alunos de baixa renda expandindo o quantitativo de ingressantes no ensino superior. Em troca essas instituições recebem alguns incentivos como isenções de impostos.

Não vamos nos atar a questão do PROUNI, pois não é o que pretendemos demonstrar nesse trabalho, mas é para nós, um a política pública que possibilita a ampliação das instituições privadas na educação superior.

⁸ MENEZES, L. C. de – *Universidade sitiada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

⁹ A oferta de cursos tecnológicos no país obteve um grande crescimento. Segundo o Ministério da Educação, de 1994 a 2004 alcançou significativos 591,19%. Já o conjunto dos cursos superiores aumentou 234% no mesmo período. Também segundo o MEC, de acordo com o cadastro de 2006, a partir de 2004, o crescimento já é de 96,67% (o número de cursos passou de 1.804 para 3.548). Esse tipo de graduação conquista cada vez mais estudantes onde seu principal apelo publicitário é a relação com a prática e a inserção mais rápida no mercado de trabalho. Ver notícia: *Número de cursos tecnológicos cresce 600% em dez anos*, Folha de S. Paulo on line, 06/06/2006, Educação).

À relação trabalho-saber-técnica e educação superior inseridos na ideologia da qualificação além de políticas públicas (como algumas citadas acima) tornam-se componentes substanciais para a compreensão da expansão das instituições privadas de educação superior num dos espaços onde o capitalismo mais se reproduz: O espaço metropolitano

O espaço metropolitano por ser um constante local de disputa é o grande palco dessa busca incessante do trabalhador por cursos variados e educação superior, visando melhor formação profissional e maior possibilidade de emprego.

Entendemos o espaço metropolitano como o local que sofre constantes transformações em decorrência da concentração dos principais sistemas produtivos e de serviços ocasionando maiores fluxos de mercadorias, capitais, pessoas e informações, sendo ainda a materialização, reflexo do sistema capitalista e a condição da existência do mesmo.

No Brasil, os níveis de desemprego (principalmente nos espaços metropolitanos) aumentaram consideravelmente na década de noventa onde houve um intenso processo de redimensionamento industrial no território (interiorização do setor produtivo, o que ocasionou desemprego nas regiões metropolitanas), um intenso processo de reestruturação produtiva e administrativa e privatizações.

Ao mesmo tempo foram criadas novas (mais diversificadas) atividades (em menor quantidade) que exigem um trabalhador com maior qualificação visto que a complexidade da produção e dos setores de serviços aumentara com a incorporação de novos elementos técnicos.

Uma questão paradoxal não deveria ser deixada de lado. São nos grandes centros urbanos, que se têm maiores ofertas de atividades do trabalho, pois estão inseridos os setores produtivos e principalmente de serviços, mesmo que o processo de dispersão industrial, reestruturação produtiva e administrativa e privatizações sejam apontados como algumas causas do aumento do desemprego e que atualmente as cidades médias ofereçam proporcionalmente mais oportunidades de emprego.

Ocorre-se o fim de certas atividades e a criação de outras mais “sofisticadas” no setor industrial, administrativo, comércio e serviços, porém, em menores quantidades, que são preenchidas de maneira muito lenta. Segundo os principais agentes reguladores do trabalho no capitalismo, não há trabalhador suficientemente qualificado para ocupar os novos postos. Não negamos que as cidades médias devido às novas instalações

industriais também sejam consideravelmente responsáveis por tal sofisticação principalmente no setor industrial.

É importante atentar que o que ou quem exige uma qualificação maior do trabalhador são principalmente as multinacionais, empresas brasileiras de grande porte tanto dos setores industriais e de serviços setores públicos. De modo geral, apesar das empresas brasileiras de pequeno porte serem as principais empregadoras, não são elas as principais reestruturadoras dos processos produtivos e administrativos.

Observamos uma abertura na aceitação de trabalhadores em atividades que não correspondem às suas formações profissionais, porém com certa qualificação. Muitos empregos são preenchidos por pessoas de variadas áreas que tenham um diploma universitário independente da sua origem acadêmica no que se refere ao curso escolhido.

Um bom exemplo sobre essa questão são os cadernos de classificados dos jornais nos quais muitos anúncios pedem que os pretendentes ao emprego, possuam nível superior de qualquer área. Isso significa que a pessoa que possui um diploma de nível superior adquiriu maior nível operacional e de abstração, pois ela teve maior contato com o saber (independente da área do conhecimento) do que uma outra que apenas possui um diploma do ensino médio. Essa situação, com relação às exigências do mercado de trabalho é muito aparente nos espaços metropolitanos onde se concentram os diversos ramos produtivos e de serviços.

O fato é que certas atividades do trabalho do passado foram eliminadas e não existirão mais. Além disso, hoje em dia é preciso dominar certos conhecimentos em que a maioria da população não tem acesso acarretando na não inserção no mercado formal de trabalho.

Apesar do espaço metropolitano concentrar grande diversidade de atividades de trabalho, não significa que haja emprego para todos, e na versão do empresariado, isto é explicado em vários momentos, pelo baixo nível de qualificação. A partir daí, há uma procura frenética por vários cursos de qualificação, inclusive cursos superiores.

O medo do desemprego, e, a questão da qualificação do trabalho ideologicamente bem formulada pelo sistema vigente ganha força, e então aumenta-se a procura por instituições de educação superior. E já que as instituições públicas não oferecem vagas suficientes, cresce o número de instituições privadas.

De forma geral, consideramos que a partir de fatores variados e relacionados como o desemprego, leis e autorizações para a expansão da educação superior privada, a

ideologia da qualificação, o aumento de concluintes no ensino médio, falta de atendimento da demanda pelo setor público, os baixos preços das mensalidades (na grande maioria das instituições e em determinados cursos) e a sedução publicitária¹⁰ são fundamentais para o entendimento do aumento quantitativo das instituições privadas de ensino superior. As instituições privadas aumentam seu quadro discente e conseqüentemente seus lucros freando a possibilidade de expansão das instituições públicas de ensino superior, além de não necessariamente garantir emprego após a formação desse alunado, pois na realidade, o problema não está restritamente na qualificação, mas sim na oferta de empregos.

A nossa principal preocupação são as intenções do alunado e o tratamento que as instituições de ensino superior privadas (também o público) dão a educação sendo meramente mercadológicos e instrumentais. O que transforma ideologicamente a educação em algo a ser consumido para possibilitar melhores condições de emprego e ascensão social num espaço altamente disputado como o espaço metropolitano. Mas de fato, consideramos que tudo isso só é possível a partir das orientações políticas que acabam definindo as leis e autorizações para a ampliação dessas instituições nesse espaço baseada na ideologia da formação do capital humano.

¹⁰ Ver notícia: *Política de marketing e preço baixo da Estácio permitem expansão*, Folha de S. Paulo on line, 22/01/2006, Educação.